



foto: João Roberto Basul

INTERFACE DE AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA DE MORADIAS: O CASO DA AUTOGESTÃO DE BELO HORIZONTEⁱ

*INTERFACE FOR THE EVALUATION OF COUNTER HEGEMONIC HOUSING PRODUCTION: THE
CASE OF SELF-MANAGEMENT IN BELO HORIZONTE*

*INTERFAZ PARA LA EVALUACIÓN DE LA PRODUCCIÓN CONTRAHEGEMÓNICA DE CASAS: EL
CASO DE LA AUTOGESTIÓN DE BELO HORIZONTE*

EIXO TEMÁTICO: PROJETO, POLÍTICAS E PRÁTICAS

MASCARENHAS, Giselle

Mestra em Arquitetura e Urbanismo; UFMG e UFOP
mascarenhas.giselle@gmail.com

SANTOS, Roberto

Doutor em Educação; UFMG
ro1234ro@gmail.com

RESUMO

Este trabalho trata de conjuntos habitacionais de interesse social produzidos em regime *autogestionário* na cidade de Belo Horizonte (BH), Minas Gerais, entre 1996 e 2012. Ainda que originadas de distintas iniciativas e programas públicos, tais experiências têm em comum, em maior ou menor grau, a participação popular a partir de práticas inclusivas e democráticas no acesso à cidade para a produção de moradias dignas. Dessa forma, tais conjuntos constituem um amplo campo para análise e diagnóstico das tecnologias aqui denominadas contra-hegemônicas. Logo, a partir do estudo de caso de um dos conjuntos, este trabalho apresenta e discute uma interface desenvolvida para análise da produção autogestionária de moradias presentes em Belo Horizonte. Dentre outros aspectos, a interface fornece instrumentos para a percepção crítica do arranjo de produção das habitações, com foco na qualidade do espaço e da construção. Buscamos assim evidenciar a história de envolvimento dos moradores com os movimentos de luta por moradia; o seu grau de autonomia nas decisões acerca dos arranjos produtivos (planejamento, projeto e execução das obras); as oportunidades de qualificação profissional e as ações comunitárias desenvolvidas posteriormente à construção do conjuntoⁱⁱ.

PALAVRAS-CHAVE: autogestão. produção de moradias. tecnologia social. interface.

ABSTRACT

This work deals with housing estates of social interest produced in a self-managed (autogestão) regime in the city of Belo Horizonte (BH), Minas Gerais, between 1996 and 2012. Although they originated from different public initiatives and programs, these experiences have in common, to a greater or lesser extent degree, popular participation based on inclusive and democratic practices in access to the city for the production of decent housing. Thus, these housing estates constitute a wide field for analysis and diagnosis of the technologies here called counter-hegemonic. Therefore, based on the case study of one of the housing estates, this work presents and discusses an interface developed for the analysis of the self-managed production of houses present in Belo Horizonte. Among other aspects, the interface provides instruments for the critical perception of the housing production arrangement, with a focus on the quality of space and construction. Thus, we seek to evidence the history of residents' involvement with the social housing movements; their degree of autonomy in decisions about productive arrangements (planning, design and execution of works); opportunities for professional qualification and community actions developed after the construction of the housing.

KEYWORDS: self-management. housing production. social technology. interface.

RESUMEN

Este trabajo se ocupa de viviendas de interés social producida bajo un régimen de autogestión en la ciudad de Belo Horizonte (BH), Minas Gerais, entre 1996 y 2012. Aunque se originaron a partir de diferentes iniciativas y programas públicos, estas experiencias tienen en común, en mayor o menor medida, la participación popular basada en prácticas inclusivas y democráticas para acceder a la ciudad y a una vivienda digna. Por lo tanto, estos conjuntos constituyen un amplio campo para el análisis y el diagnóstico de las tecnologías aquí llamadas contrahegemónicas. Por lo tanto, a partir del estudio de caso en uno de los conjuntos, este trabajo presenta y discute una interfaz desarrollada para el análisis de la producción autogestionada de casas presentes en Belo Horizonte. Entre otros aspectos, la interfaz proporciona instrumentos para la percepción crítica del arreglo de producción de viviendas, con un enfoque en la calidad del espacio y la construcción. Por lo tanto, buscamos resaltar la historia de la participación de los residentes con los movimientos para luchar por la vivienda; su grado de autonomía en las decisiones sobre arreglos productivos (planificación, diseño y ejecución de obras); las oportunidades de calificación profesional y las acciones comunitarias desarrolladas después de la construcción del grupo.

PALABRAS-CLAVE: autogestión. producción de viviendas. tecnología social. interfaz.

—QUEBRE ESTA PÁGINA—

INTRODUÇÃO

Existem hoje duas soluções para a moradia dos pobres. A partir da política habitacional que favoreceu a abertura de capital de empresas construtoras, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) é exemplo do estabelecimento de um processo de financeirização da produção de moradias de interesse social no país. É realidade que essa produção está marcada pela não participação dos usuários nas decisões acerca do espaço, da construção e da localização; por processos heterônomos fragmentados e alienantes nos canteiros de obra; pela falta de flexibilidade espacial, em decorrência do uso pouco criativo de sistemas construtivos; pela imposição da localização periférica e por grande impacto ambiental em toda a sua cadeia produtiva. Essas, dentre outras características negativas, são inerentes aos processos engendrados pelo capital. Diante desse cenário da produção habitacional social de mercado, que impõe soluções genéricas, rígidas (em espaço, construção e localização e em processos construtivos), identificamos a inadequação tanto das construções quanto a dos métodos heterônomos de planejamento e gestão adotados. Já a autoprodução nas vilas, favelas e loteamentos precários está, muitas vezes, vinculada à ocupação considerada ilegal de áreas privadas sem uso e de risco. Além disso, a ausência de assessorias técnicas e de mão de obra bem treinada impõem uma série de problemas às realidades autoproduzidas. Dentre os problemas recorrentes é possível destacar a insalubridade, a insegurança construtiva, os aspectos precários de funcionamento e distribuição espacial e a má gestão de recursos financeiros e materiais.

Face às limitações do contexto da produção de moradias brasileiras, em que de um lado estão processos pautados por arranjos heterônomos oficiais, a exemplo da produção ordinária de mercado do PMCMV; e de outro, a autoprodução, por vezes precária, e majoritária em número; impõe-se discutir alternativas, por isso é necessário destacar casos que tratamos aqui como parte de uma produção contra-hegemônica, reconstituindo a história dos processos para construção de moradias por sistema de autogestão.

O trabalho trata de conjuntos habitacionais produzidos em regime autogestionário na cidade de Belo Horizonte (BH), Minas Gerais, entre 1996 a 2012. No total, essa produção conta com 16 conjuntos com cerca de 1.700 unidades habitacionais. Ainda que originadas de distintas iniciativas e programas públicos, tais experiências têm em comum, em maior ou menor grau, a participação popular a partir de práticas inclusivas e democráticas no acesso à cidade e moradias dignas. Dessa maneira, tais conjuntos constituem um amplo campo para análise e diagnóstico das tecnologias aqui denominadas contra-hegemônicas, que entendemos serem aquelas situadas na perspectiva da Adequação Sociotécnica (AST) e da Tecnologia Social Crítica. A AST está inserida nas tecnologias ditas alternativas no âmbito das Redes de Economia Solidária, das cooperativas populares e dos movimentos sociais e tem origem no movimento da Tecnologia Apropriada. Já a Tecnologia Social Crítica questiona radicalmente os fundamentos do desenvolvimento tecnológico e coloca a autonomia coletiva como pressuposto para enfrentamento das relações sociais de dominação.

A partir do estudo de caso em um dos conjuntos, este trabalho apresenta e discute uma interface que vem sendo desenvolvida para analisar a produção autogestionária de moradias em Belo Horizonte. Dentre outros aspectos, a interface fornece instrumentos para a percepção crítica do arranjo de produção das habitações, com foco na qualidade do espaço e da construção. Buscamos assim evidenciar a história de envolvimento dos moradores com os movimentos de luta por moradia; o grau de autonomia nas decisões acerca dos arranjos produtivos (planejamento, projeto e execução das obras); as oportunidades de qualificação profissional; os usos e interferências nas habitações e as ações comunitárias desenvolvidas posteriormente à construção do conjunto.

A PRODUÇÃO DE MORÁDIAS POR AUTOGESTÃO EM BH

Passados mais de 20 anos da implantação das políticas que favoreceram a denominada autogestão no campo da produção de moradias, parece-nos oportuno e pertinente recuperar a história desse arranjo produtivo e contrapô-la criticamente à produção heterônoma tradicional de habitações de interesse social e à autoprodução. Antes de aprofundar nessas políticas é importante tratar do contexto que as antecede, da origem das políticas públicas habitacionais em processos democráticos.

O período que compreende o final dos anos 1970 até 1990 é pautado pela redemocratização brasileira em que houve “intensa mobilização social protagonizada, em grande parte, pelos partidos de esquerda e pelos movimentos sociais urbanos, entre eles o movimento pela reforma urbana e por moradia” (BEDÊ, 2005, p. 41). Em Minas Gerais esse momento é marcado por diversos movimentos de luta por moradia vinculados aos bairros periféricos, vilas e favelas.

Bedê (2005) afirma que as ações do poder público estadual nas áreas de assentamentos informais de Belo Horizonte foram, ao longo da década de 1980, descentralizadas e progressivamente substituídas por políticas públicas municipais. A autora ainda aponta que, se de um lado, paralelo às mobilizações sociais, há um baixo investimento em políticas públicas habitacionais pelo governo federal; de outro, a descentralização da gestão pública propiciou atuações mais autônomas das administrações municipais na medida que permitiu o fortalecimento de práticas democráticas com inovações na administração pública com base no que considera ter sido “um processo de aprendizagem social” (p.43).

Favorecida por uma série de fatores, dentre os quais destacamos a criação da Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica Municipal (1990) e o apoio de militância política e de diversas mobilizações sociais, inclusive dos movimentos de luta por moradia, foi eleita a ‘Frente BH Popular’ para o governo de BH de 1993 a 1996¹. Adiante da Prefeitura, Patrus Ananias, do Partido dos Trabalhadores (PT), resgatou a agenda da reforma urbana e da produção de moradias em uma importante articulação entre população e técnicos do poder público. Mesmo com limitados recursos municipais, esse projeto político foi marcado por uma gestão que priorizou ações relacionadas ao direito à cidade, com projetos de urbanização e programas habitacionais de interesse social direcionados à participação popular, dentre os quais, destacamos o Orçamento Participativo da Habitação (OPH).

O OPH nasce, portanto, de um contexto conturbado, em que somam limitação de recursos – consequência da omissão dos governos estadual e federal e da nova Constituição, refletidas na descentralização e municipalização da política habitacional (BEDÊ, 2005) – com a grande pressão resultante da mobilização dos Associação dos Sem Casa do Bairro Betânia (ASCA). Segundo conta uma das lideranças da ASCA em entrevista, a conquista de recursos do Orçamento Participativo, que permitiu a compra de lotes coletivos, deu-se a partir da mobilização de mais de 500 famílias². Diante dessa conjuntura, a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL) e a Secretaria Municipal de Planejamento estabeleceram a proposta de criação do Orçamento Participativo da Habitação (OPH), com destinação de recursos exclusivos para construção de moradias para a população sem casa, deliberados nos mesmos moldes do OP. O relato acerca da criação do Programa deixa claro que, ao contrário do caso de São Paulo, em que a demanda partiu

¹ A Frente BH Popular era composta dos partidos políticos: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista do Brasil (PC do B); Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Verde (PV).

² Pesquisa de campo realizada no Conjunto Villarégia em 04 maio 2019.

dos movimentos, em Belo Horizonte a proposta parte da administração municipal, mais precisamente por iniciativa de um grupo de técnicos da URBEL (BEDÊ, 2005). Não obstante, a ação do Estado promove autonomia na produção de moradias.

No caso do OPH de Belo Horizonte, a contribuição do corpo técnico administrativo municipal foi imprescindível à condução da luta social por moradia. No entanto, é preciso atentar para o potencial de desmobilização de movimentos legítimos de ocupação de terrenos embutida nas políticas públicas. Isso é evidente na fala de Bedê (2005) ao mencionar que governo visava “por um lado, restringir possíveis práticas ilícitas, mas também, por outro lado, desestimular as ocupações” (p.222).

No total, no período de 1996 a 2000³, o OPH viabilizou sete conjuntos com a construção de 759 unidades habitacionais⁴. Junto ao OP, o Programa Crédito Solidário (PCS)⁵, possibilitou, a partir de 2005, um novo padrão de atuação na produção por autogestão de conjuntos populares em BH⁶.

Já a gestão do então prefeito do PT Fernando Pimentel, entre 2001 e 2008, diferentemente das anteriores, recebeu amplos recursos federais através dos programas OPH e PCS, que, no total, viabilizaram a construção de nove conjuntos verticais no modelo apregoado como autogestionário⁷. Contudo, ao contrário de favorecer a ampliação da participação democrática da cidade, premissa da ‘Frente BH Popular, o governo Pimentel preferiu dar prioridade para a construção de habitações pelo regime de gestão pública. Essa mudança de atitude refletiu na “redução na potencialidade do município exercer uma política transformadora da realidade de exclusão habitacional da cidade” e deu “uma guinada para o empresariamento estratégico na governança municipal, voltando a inverter os valores e objetivos estipulados em 1993” (BITTENCOURT, 2016, p. 40-42). A partir da administração Pimentel, que adota um modelo empresarial de cidade, de caráter neoliberal, há um significativo retrocesso na autogestão em BH.

Formulado para atender “as necessidades habitacionais da população de baixa renda, organizadas por cooperativas, associações ou entidades privadas sem fins lucrativos” (BRASIL, 2020), o PCS pareceu ser uma solução para estímulo da autogestão no Brasil. No entanto, o modo rígido e burocratizado como foi operado, fez transferir para a esfera do Estado boa parte das decisões. Com essa distorção, apesar da permanência do termo autogestão, não havia autonomia dos moradores em diversas questões fundamentais do processo de construção dos conjuntos.

É evidente a complexidade envolvida na produção de moradias por autogestão, afinal, seus processos de projeto, construção e gestão podem variar de forma extraordinária da circunstância de um conjunto para outro. Bastos e Kapp (2006) advertem para as múltiplas abordagens possíveis no contexto da autogestão, que podem até mesmo recair em organizações análogas às encontradas

³ O início das obras do OPH ocorre na gestão de Célio de Castro do Partido Socialista Brasileiro (PSB), até então, vice de Patrus Ananias na Frente BH Popular.

⁴ Os conjuntos produzidos em modelo de autogestão são: Villarégia, Havai, Deuslene I e II (Visconde do Rio Branco), Dom Silvério I, Uruçuia (Residencial ASCA), Fernão Dias e Serrano (Itatiaia).

⁵ O Programa foi criado em 2004 com gestão do Ministério das Cidades e operação pela Caixa Econômica Federal, regido pela Lei nº 8.677/93, Resolução Nº 93/04, do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social (CCFDS) e Instrução Normativa nº 11/04.

⁶ A criação do PCS ocorre na gestão do Governo do Presidente Lula (PT). Além do PCS foram disponibilizados recursos do Orçamento Geral da União (OGU) através do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH).

⁷ Conjuntos Castelo I; Castelo II; Jardim Leblon; Diamante II; Itaipu; Jaqueline; Mar Vermelho I (Residencial Serra Verde); Santa Rosa I e Santa Rosa II. Alguns conjuntos foram executados depois da gestão de Pimentel.

na produção formal de mercado heterônoma. Para as autoras a participação dos usuários depende “[...] da metodologia de trabalho da assessoria técnica, do preparo das famílias, da base de comunicação e do prazo disponível”. Da mesma maneira, diante as diferentes estruturas organizacionais, administração pública, agentes financiadores e profissionalização de seus atores, a produção por autogestão em BH articulou arranjos produtivos heterogêneos, em que ficam evidentes distintos graus de autonomia de seus participantes. Alguns desses arranjos condicionaram, por exemplo, a ampla participação dos moradores frente a decisões de projeto e obra assim como a qualificação e remuneração em mutirões e Frentes de Trabalho; já outros enviesaram o processo com a transferência das decisões para órgãos fiscalizadores e poder público.

Diante a variedade das estruturas organizacionais de cada processo de produção desses conjuntos, acreditamos ser necessário avaliar de perto o grau de autonomia, dentre outras questões sobre o impacto dessas experiências na vida de seus participantes⁸. Essa tarefa exige imersão não apenas na história como também na forma como as pessoas ocupam e gerem esses conjuntos hoje. Sendo assim, criamos uma interface para escuta coletiva e também individual dos moradores e demais agentes da autogestão de moradias, a ser descrita adiante.

A experiência do OP de BH, é inspirada em administrações anteriores no campo democrático-popular, como a do OP de Porto Alegre, analisada por Boaventura de Souza Santos (2002) em texto que discute a democracia redistributiva. Para o autor, em conjunto, os processos que fazem frente à exclusão social, como aqueles batalhados por grupos sociais vulneráveis atendidos pelos Orçamentos Participativos, constituem formas de “globalização contra-hegemônicas” em busca da inclusão social e da abertura “para a participação democrática, para a edificação da comunidade, para alternativas às formas dominantes de desenvolvimento e conhecimento” (SANTOS, 2002, p.457). Ou seja, no contexto das políticas habitacionais as formas de globalização hegemônicas seriam orientadas para acumulação do capital, beneficiando os grupos já dominantes, empresas construtoras, por exemplo, em detrimento do bem estar social; já as contra-hegemônicas articulariam grupos sociais, como os movimentos de luta por moradia, em prol de interesses comuns, como a moradia digna e o acesso à cidade de qualidade, portanto, contra os resultados da globalização hegemônica. Contudo, as práticas contra-hegemônicas mantêm relações diversas com o Estado, que vão desde o distanciamento total, passando pela complementariedade e confrontação, chegando até a formas de resistência ativa ou passiva, em que “as lutas pela produção alternativa devem ser impulsionadas dentro e fora do Estado” (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002, p. 50). Nessa mesma perspectiva, Souza (2006) também reconhece que o Estado apresenta fissuras e contradições internas que oferecem possibilidades a serem exploradas por grupos e movimentos sociais. As fissuras nesse caso são exemplificadas por políticas públicas tais como o OP que, por sua vez, favorecem iniciativas em processos democráticos. Mas o autor adverte para a necessidade de cautela acerca do potencial emancipatório contido em ações do Estado que, a rigor, tradicionalmente, age na manutenção da heteronomia. Sendo assim, ele aponta que, para não incorrer em cooptação ou degeneração dos movimentos legítimos, as perspectivas “apesar do Estado” e “contra o Estado” deveriam predominar em relação à “com o Estado”. Isto é, há de predominar uma perspectiva “estadocrítica” (SOUZA, 2006). Ao mencionar as limitações dos orçamentos participativos, o autor identifica que “o Estado é, seguramente, o pólo dominante” dessas experiências, mesmo que elas possibilitem a “função redistributiva” da renda dos municípios e o “aumento da auto-estima coletiva da população e do sentimento de cidadania” (SOUZA, 2006, p. 250-252).

⁸ Questões apresentadas no Item a seguir “Interface para Avaliação de Tecnologias Sociais”.

INTERFACE PARA AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA DE MORADIAS

Como já foi mencionado, entendemos por tecnologia contra-hegemônica aquela situada na perspectiva da Adequação Sociotécnica (AST) e da Tecnologia Social Crítica. A AST diz respeito ao procedimento no qual a tecnologia convencional e o conhecimento científico que a cerca sofrem modificações inerentes ao seu contexto de implantação, parte de uma construção política e social. A AST, por sua característica de mutabilidade, é entendida por Dagnino e Novaes (2004) como um processo traduzido nas modalidades de Uso; Apropriação; Revitalização de máquinas e equipamentos; Ajuste de processo de trabalho; Alternativas tecnológicas e Incorporação de conhecimentos científico-tecnológicos existentes e novos. Dentre as premissas da AST, os autores destacam: “a participação democrática no processo de trabalho, o atendimento a requisitos relativos ao meio-ambiente [...], à saúde dos trabalhadores e dos consumidores e à sua capacitação autogestionária” (DAGNINO, BRANDÃO e NOVAES, 2004, p.52-53).

Na contramão da produção formal de mercado, confiamos que a produção de moradias por autogestão tem potencial de redesenho do conhecimento e da tecnologia para fins sociais, ou seja, para desenvolvimentos de Tecnologias Sociais (TSs). Por Tecnologias Sociais é possível caracterizar quaisquer “produtos, técnicas e metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (KAPP e CARDOSO, 2013). Kapp e Cardoso (2013) apontam três compreensões das TSs em disputa no Brasil — conservadora, engajada e crítica — ressaltando que tais distinções chegam a ser contraditórias e, por isso, cabe evidenciá-las segundo a natureza e os propósitos desses entendimentos. A abordagem crítica é a que mais se aproxima das intenções de uma produção efetivamente autogestionária, já que questiona radicalmente os fundamentos do desenvolvimento tecnológico e coloca a autonomia coletiva como pressuposto para enfrentamento das relações sociais de dominação, ou seja, visa a “emancipação de relações sociais de dominação e a construção de relações sociais de cooperação”. (KAPP e CARDOSO, 2013, p. 96)

Com base nas teorias supracitadas, consideramos contra-hegemônicos aqueles processos de produção do espaço cujas estratégias (projetuais, técnicas e de organizações produtivas) favorecem: a) segurança, autonomia e participação inclusiva e democrática dos trabalhadores nos canteiros de obras; qualificação e capacitação de mão de obra com geração de renda; b) menor impacto ambiental da cadeia produtiva da construção civil; c) processos inventivos e cooperados de planejamento, gestão, execução e manutenção das construções; d) transformação da condição social, econômica e política dos cidadãos envolvidos e e) reestruturação produtiva com vistas à democratização e autonomia coletiva. Entendendo a autogestão como potencial ferramenta para promover mudanças, baseadas, sobretudo, nos princípios da Economia Solidária — com a capacitação de mão de obra e geração de emprego e renda para seus associados — interessa-nos buscar entender a relação entre os arranjos produtivos e as tecnologias sociais desenvolvidas nos conjuntos em regime autogestionário de Belo Horizonte.

A pesquisa se ampara em estudos de caso múltiplos e propõe observar as potencialidades e os limites da produção imobiliária autogestionária. O horizonte é o de analisar quais são os conflitos e barreiras ao desenvolvimento e ao maior emprego de processos contra-hegemônicos na produção de moradias de cunho popular no país. Buscando avaliar o quanto os conjuntos da autogestão de BH são convergentes aos pressupostos das TSs e da AST, criamos uma interface de avaliação original.

A partir de uma recuperação histórica do processo, a interface se organiza em distintas fases, a saber: organização, projeto e obra. Essa estratégia envolve o mapeamento dos agentes relacionados com essa produção — moradores, movimento social/associação, poder público, assessoria técnica e empresas privadas — e das estruturas de sua implantação (políticas públicas; organizações; associações e outros). A interface é também complementada pela verificação *in loco* da atual situação dos conjuntos, o período de pós-ocupação.

Além da reconstituição da história e do mapeamento dos agentes envolvidos na produção do conjunto, a interface se compromete a verificar: a) *prática(s) contra-hegemônica(s)* (qualificação de mão de obra, geração de emprego e renda, mitigação dos impactos da atividade construtiva etc.); b) *arranjos produtivos* (decisões entre técnicos, moradores, construtores e grupos envolvidos), onde nos interessa principalmente saber o grau de autonomia dos mutirantes-moradores nas decisões acerca do planejamento, projeto e execução; c) *qualidade das construções* (materiais, potencial de flexibilidade construtiva, adequação às condições físicas e climáticas do terreno etc.); d) *qualidade do espaço* frente aos usos e transformações ao longo do tempo (quantidade e capacidade de absorção das alterações); e) *inserção urbana* das edificações (acesso à infraestrutura, transporte, serviços, equipamentos públicos etc.); f) *ações comunitárias* realizadas posteriormente à construção do conjunto (infraestrutura, transporte, serviços, equipamentos públicos, festas, mobilizações etc.); g) *número de famílias originais* que ainda vivem no conjunto.

De modo a cumprir as distintas frentes de avaliação dos conjuntos, elaboramos um método que se organiza em quatro fases: 1. *Levantamento preliminar*, composto por entrevistas exploratórias com assessoria técnica, poder público e/ou lideranças. Essa fase é amparada pela coleta de dados complementares dos conjuntos como fotos, projetos, diários de obra, relatórios, reportagens etc., o que, posteriormente, subsidia a elaboração de um dossiê do conjunto; 2. *Reconhecimento*, que se trata da primeira visita ao conjunto com acompanhamento de um ou mais agentes que participaram do processo de sua construção (lideranças locais, assessoria ou técnicos do poder público); 3. *Oficina Coletiva*, uma exposição de fotos e projeto coletados na Fase 1, seguida de roda de conversa com diversos moradores. Nessa fase, incentivamos que falem sobre as memórias do processo de produção do conjunto; 4. *Pesquisa individual*, baseada em questionário estruturado para diferentes perfis de moradores (externos ao processo, mutirantes ou lideranças locais).

A partir da recuperação histórica e da avaliação no próprio local, feitas a partir de pesquisa documental, oficinas, entrevistas e aplicação de questionários, pretendemos um diagnóstico aproximado da história e da realidade do conjunto. Aí nos interessa saber o grau de adequação das tecnologias e do conhecimento técnico e científico ao uso social, isto é, analisar aspectos da gestão autônoma-coletiva e democrática empregados nos procedimentos de projeto e obra dos conjuntos autogestionários de BH. É importante mencionar que o retrato dos conjuntos será baseado em uma narrativa não apenas de especialistas, mas, sobretudo, daqueles que são cotidianamente afetados por essa produção, os moradores. Diante a primeira investigação empreendida, no conjunto Villarégia, vamos apresentar a seguir as estratégias de pesquisa com apontamentos críticos, com evidência para seus potenciais e restrições, onde se fazem necessárias adaptações para os próximos estudos de caso.

O CONJUNTO VILLARÉGIA

O primeiro contato com o conjunto Villarégia se deu a partir de Margarete Silva (Leta), arquiteta, assessora técnica à época de sua construção. Leta nos forneceu diversos documentos do

empreendimento, além disso, colocou-nos em contato com a arquiteta responsável pelo projeto e com uma ex-liderança da ASCA, entidade responsável pelo processo⁹.

A *primeira fase* de nossa interface começou com entrevistas exploratórias seguidas de narrativas feitas por diferentes agentes que compuseram assessorias técnicas, instituições de ensino, poder público e associação. Nessa etapa também conseguimos levantar outros documentos sobre o conjunto, principalmente fotos que evidenciam diversos momentos da sua construção.

A partir da exploração preliminar com base em fotos, textos e conversas com agentes dessa produção, prosseguimos à *segunda fase*, caracterizada pela visita para reconhecer o espaço e as construções do conjunto Villaregia¹⁰. Nessa primeira visita, acompanhada de uma assessoria e de uma liderança local¹¹ começamos a desenhar o pano de fundo de todo o processo.

Já em sua origem o OPH viabilizou os primeiros conjuntos habitacionais de interesse social em regime de autogestão, mas as experiências mineiras nesse modelo são originadas fora da capital. Ipatinga, sob a gestão de Francisco Carlos Delfino, o petista “Chico Ferramenta”, de 1989 a 1992 – eleito com apoio do movimento de luta por moradia – antecedeu e inaugurou em Minas Gerais diversas práticas em autogestão no campo da habitação (também continuadas após essa administração). Dentre as ações autogestionárias em Ipatinga tem destaque o Mutirão Primeiro de Maio, de 1995, reflexo de experiências anteriores – Mutirões Nova Conquista, São Francisco e Novo Jardim. Tais ações serviram de exemplo para construção das primeiras habitações por autogestão em BH. As obras em Ipatinga têm relevo por privilegiar “[...] a profissionalização das famílias mutirantes, tanto para atividades de produção quanto para a gestão do empreendimento, integradas às Frentes de Trabalho Remuneradas que contavam, [...] com a presença significativa de mulheres” (SILVA, 2013, p. 215).

Ainda nos anos 1990 as experiências ocorridas em Ipatinga ganharam repercussão e serviram de exemplo e estímulo à autogestão empreendida em BH. A partir do recurso do OP, obtido em 1994, as famílias mutirantes do Conjunto Villaregia, organizadas pela ASCA, começaram a buscar áreas disponíveis por toda a cidade, momento em que também ocorriam várias ocupações de terrenos por outros grupos – como a Ocupação Vila Pinho e Vila Corumbiara (citadas pela Liderança). Apesar de as ocupações restringirem a busca por áreas livres não existiam conflitos entre os sem-casa e os ocupantes, pois, segundo a liderança, o movimento popular se respeitava e “não ocupava o terreno dos companheiros”¹². A implantação do OP, justamente quando se iniciam ocupações de terrenos na cidade, é um indicativo da tentativa de desmobilização desses movimentos por parte da prefeitura, o que é significativo, mas claramente não retira a pertinência do poder público cultivar terreno fértil para viabilizar processos participativos no município.

A liderança relata que depois de obter o terreno começou uma nova luta, a da mobilização para obtenção das obras. Demorou três anos para construção do conjunto, iniciado em 1997. Contudo, antes disso, os associados se reuniam toda semana, uma estratégia para não haver desmobilização

⁹ A entrevista é arquiteta e urbanista, professora da Escola de Arquitetura da UFMG e atuou profissionalmente como assessoria técnica em diversos conjuntos da autogestão em Ipatinga e Belo Horizonte.

¹⁰ É importante mencionar que em nosso primeiro estudo de caso as Fases 1 e 2 não ocorreram linearmente, já que a coleta de materiais, entrevistas preliminares e visita se sobrepuseram e se complementaram em alguns momentos, o que se justifica pelo caráter exploratório dessas etapas.

¹¹ Essa liderança além de residir no conjunto foi uma das principais articuladoras da ASCA e da inauguração do processo de autogestão no município.

¹² Pesquisa de campo realizada no Conjunto Villaregia em 09 junho 2019.

das famílias. O projeto foi realizado pela assessoria técnica de arquitetura e apresentado à ASCA, no que ela denominou ter sido “um processo bacana”. Mesmo com os cursos de formação de mão de obra e as reuniões com a assessoria técnica, afirmou que não entendia completamente o projeto, que foi executado sem participação dos mutirantes. Somente com o início das obras é que ela diz ter conseguido visualizar como a sua casa ficaria. Relata também que os membros da ASCA eram amadores, pois só tinham teoria e nenhuma prática sobre a autogestão, mas que as pessoas envolvidas eram comprometidas, um grupo formado por apoio da Igreja e da União Estadual por Moradia Popular (UEMP-MG).

Segundo Silva (2013), parte dos profissionais formados nos mutirões em Ipatinga foi contratada para as Frentes de Trabalhos Remuneradas (FTRs)¹³ dos primeiros empreendimentos de BH, os Conjuntos Urucuia, Villarégia e Havaí. Para a autora, a incorporação de mão de obra experiente de outros mutirões auxiliava não apenas na formação de novos profissionais e no fortalecimento do potencial da autogestão, mas, principalmente: “refletiam o entendimento de que, em última análise, os associados de distintas entidades por moradia integram, solidariamente, uma mesma frente de luta pelo direito constitucional à moradia”. (SILVA, 2013, p. 217).

A participação de mutirantes experientes possibilitou que muitos desses conjuntos contassem com as FTRs. Em entrevista, uma liderança, ex-secretária da ASCA, conta que o Conjunto Villarégia teve sua obra majoritariamente conduzida por FTRs (aproximadamente 90%) durante a semana. Enquanto aos sábados, domingos e feriados a obra era tocada por grupos mutirantes formados basicamente por mão de obra feminina. Segundo ela, mais de 90% eram trabalhadoras mulheres. Haja vista a composição de um canteiro expressivamente feminino, a creche surgiu como um equipamento fundamental ao cotidiano dos mutirões. Ainda segundo a entrevistada, a creche possibilitava que as mulheres trabalhassem com tranquilidade, pois sabiam que os filhos estavam próximos e bem cuidados. É importante mencionar o acordo prévio de que cada família tivesse um membro atuando como mutirante na obra, onde as funções eram distribuídas de acordo com as afinidades e habilidades individuais. Nesse arranjo, por exemplo, as mulheres mais idosas ou com alguma limitação se encarregavam das atividades da creche, enquanto outras trabalhavam em atividades mais exigentes como a limpeza do terreno, a separação e o transporte de materiais ou a organização do canteiro.

Após esse reconhecimento, prosseguimos a Fase 1 com mais entrevistas exploratórias. Iniciamos essa etapa pedindo aos entrevistados que fizessem um breve relato de sua experiência no processo, a fim de aprofundarmos a história do conjunto e de seus agentes. De forma a conduzir a narrativa e evidenciar as questões que nos interessavam, compusemos um roteiro de entrevista específico para as assessorias e outro para as lideranças. No roteiro da assessoria pontuamos, por exemplo, questões tais como o tipo de envolvimento desse agente com o processo de autogestão; como se realizou o processo de projeto e obra; quais os desdobramentos desse trabalho e o seu nível de satisfação com a autogestão. Já para as lideranças, dentre outras, previmos perguntas abertas sobre seu envolvimento com a causa da luta por moradia; sua relação com o conjunto e com os moradores e as ações necessárias para a viabilização do conjunto com evidência para a participação dos moradores em cada fase. Nessa etapa também conseguimos levantar novos documentos sobre o conjunto, principalmente fotos que evidenciam diversos momentos da sua construção.

¹³ As Frentes de Trabalho Remuneradas eram atividades realizadas fora dos mutirões, compostas por mão de obra com maior qualificação dentre os mutirantes, onde havia possibilidade de emprego e renda, além de aumento da produtividade da obra. O trabalho era remunerado, mas não havia vínculo empregatício, o que possibilitava maiores salários. Além dos mutirantes também eram contratados para esse regime outros trabalhadores, principalmente conhecidos e amigos.

Em entrevista com a arquiteta responsável pelo projeto, Ana Schmidt, ficaram evidentes diversos aspectos que apontam para o desenvolvimento de uma produção contra-hegemônica. Ela destaca que a redução de custos com a obra incidiu na ampliação da área da unidade e compara: “se fosse no esquema de empreiteira isso não teria acontecido”. A arquiteta ainda pontua como ganhos do processo “o desenvolvimento do espírito solidário e cooperativo entre os mutirantes”, além de “geração de renda[...]. Formação de mão de obra, a própria obra ajudou o pessoal a aprender a fazer, ao mesmo tempo que fazia treinamento, tinham alguns cursos também pro pessoal [...]. E a própria organização deles, de tomar decisão e ter um conhecimento de causa mesmo¹⁴.

Dentre os principais obstáculos, a arquiteta relata as dificuldades do trabalho por mutirão, que “ajuda a baixar custo mas é uma coisa sofrida também, é uma batalha, porque é duro você poder baixar custos em cima desse esforço”, e a irregularidade nos repasses de recursos, que acarretou diversas paralisações da obra. Não obstante, para ela, os maiores problemas ocorreram com a obra já finalizada. Quando se mudaram, muitos dos familiares que não haviam participado do processo, estando alheios às decisões de projeto e obra, começaram a apontar diversos problemas técnicos nas habitações e na forma de organização do conjunto, apresentando à prefeitura e à assessoria técnica diversas reclamações. Segundo a arquiteta, tais problemas eram inexistentes ou de pequena importância. Para ela, essa situação poderia ter sido minimizada com atuação social no pós-morar.

Face às informações e os documentos coletados, nessa e em outras entrevistas exploratórias, demos sequência à *terceira fase* da interface, realizando, nas áreas comuns do conjunto, uma exposição de fotos do projeto e do processo de construção. Este evento foi um momento propício para apresentar os objetivos de nossa pesquisa e nos apresentar à comunidade local, uma tentativa de aproximação aos moradores comuns, buscando assim garantir maior receptividade às entrevistas individuais. Essa etapa também serviu à verificação da adesão das famílias aos eventos coletivos, com apontamentos importantes ao diagnóstico das relações de vizinhança. No mais, passados mais de 20 anos do início desse processo, as fotos contribuíram para evocar a memória dos moradores e dar início a um debate coletivo sobre o processo de produção dos conjuntos.

Para a oficina coletiva selecionamos imagens que consideramos representativas de cada etapa do processo - reuniões, comemorações, grupos de trabalho em ação (alimentação, creche, limpeza, transporte de materiais), operários com domínio de técnicas construtivas etc. Após a exposição, seguiu-se uma roda de conversa que reuniu todos os presentes para falarem sobre as fotos. Também fez parte da montagem da oficina a exibição de cópias impressas de fotos, que os moradores puderam levar como recordação (Figura 1). O nosso objetivo nessa etapa foi explorar, sobretudo, os itens relacionados às fases de mobilização e de obras.

A oficina aconteceu no início da noite de uma quinta-feira, na praça interna ao conjunto. O dia e o horário foram sugeridos por um morador que fez parte da assessoria técnica social durante a obra do conjunto. Segundo ele, nesse horário as pessoas já teriam chegado do trabalho facilitando maior mobilização dos interessados. Apesar da divulgação prévia, por meio de contato com as lideranças locais, não houve uma adesão muito grande ao evento. Estimamos que aproximadamente 30 pessoas compareceram (incluindo crianças)¹⁵.

¹⁴ Entrevista realizada no dia 23 de maio 2019, no âmbito da disciplina Tecnologia Social e Adequação Sociotécnica”, ministrada pelos autores para o curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG no Primeiro Semestre de 2019.

¹⁵ A oficina ocorreu em 05 dezembro 2019, às 19h00.



Figura 1: Moradores reunidos em torno da mesa com cópias impressas idênticas às fotos projetadas. Fonte: Giselle Mascarenhas (2019).

Por demanda de liderança local, iniciamos a oficina com a explicação do projeto de pesquisa e a exposição dos conceitos da autogestão, incluindo apresentação dos demais conjuntos autogestionários de BH. Notamos que os participantes não se interessaram por essa parte, o que sugere modificações para futuras oficinas — seja na linguagem, seja na total subtração desses itens. Na sequência, apresentamos o vídeo no “Rolezinho da Autogestão”¹⁶ seguido das imagens do processo. Tal participação, não obstante, ficou relativamente restrita a reconhecimentos e apontamentos de conhecidos e de si próprios (Figura 2). Não houve muitos comentários espontâneos para além dos reconhecimentos e dos apontamentos. Os presentes, então, foram estimulados a comentar as fotos. Contudo, as descrições mais precisas foram feitas pelo técnico social. No nosso entendimento, a presença dele interferiu no comportamento dos presentes. Não por sua imposição, mas como se os moradores o tivessem autorizado de antemão para a tarefa de rememorar as ocasiões, um indício do vestígio da ascendência das lideranças sobre os presentes, o que merece maior investigação. Ele falou com bastante precisão acerca das celebrações que eram muito frequentes e das manifestações públicas para pressionar por algum pleito dos moradores ou da ASCA, como quando houve paralisação das construções por falta de recursos, demonstrando seu compromisso com a causa assim como seu orgulho com a realização do empreendimento.



Figura 2: Moradores reunidos em frente a tela de projeção das fotos. Fonte: Giselle Mascarenhas (2019).

¹⁶ O “Rolezinho da Autogestão” foi evento realizado em 04 de maio 2019 com objetivo de apresentar a estudantes e demais interessados quatro conjuntos realizados em regime de autogestão (Villarégia, Urucuia, Serrano e Fernão Dias). O evento foi promovido pela autora junto a alunas do Núcleo de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da UFMG.

Foi mencionado pelos presentes que a creche era itinerante e ocupava as construções conforme elas iam ficando minimamente habitáveis. Também foram destacadas as atividades ligadas diretamente à mobilização de grupos para conquista de terrenos e para construção propriamente dita, incluindo missas, festas (churrascos, dia das crianças, aniversários, festa da fundação, festa da cumeieira etc.). Contaram que havia mutirões todos os sábados, domingos e feriados, salvo algumas datas comemorativas. E também que muitos mutirantes passaram a incorporar as Frentes de Trabalho Remuneradas, segundo eles, chegando a 80% da mão de obra de construção. Relatam que a maioria das pessoas foram capacitadas para o trabalho durante as atividades de sábados e domingos. Mencionaram que havia também oficiais habilitados entre os mutirantes.

O ritual dos mutirões foi também lembrado: no sábado sempre havia a distribuição do “jornal” com as notícias da semana, seguida um “momento de reflexão” e da discussão da ordem do dia. O jornal era redigido pelas lideranças da ASCA com objetivo de divulgação dos resultados da obra e estímulo aos mutirantes. Algumas das mulheres presentes deixaram claro que a mão de obra feminina era maior e mais efetiva do que a masculina. Confirmando o relato da arquiteta, falaram também sobre o quão árduo era o trabalho nos finais de semana, afinal, exerciam as atividades de construção no único tempo livre que dispunham. A dureza e as dificuldades dos mutirões, apontam para a necessidade de a pesquisa aprofundar a discussão da problemática do barateamento da construção pelo sobretrabalho das famílias. Infelizmente, não há aqui espaço para tal imersão, algo que o sociólogo Francisco de Oliveira e o arquiteto Sérgio Ferro já realizaram com a devida dedicação no debate feito em torno do texto “O vício da virtude” que problematiza os aspectos negativos e positivos da autoconstrução¹⁷.

Apesar de não ter sido esclarecido como era apurado o controle da frequência, foi mencionado que algumas pessoas que estavam representadas nas fotos não eram os beneficiários do programa, mas sim familiares ou amigos que eram levados para ajudar no mutirão e assim aumentar a pontuação da família cadastrada, o que, posteriormente, influenciava, na escolha da casa (o sistema de pontuação foi criado pela Associação). O ex-técnico social conta sobre o surgimento do curso de eletricista (instalações prediais) no Colégio Técnico da UFMG a partir de uma ação na Favela do Cafezal no Aglomerado da Serra em BH. Esse curso foi ministrado aos mutirantes para capacitação de mão de obra. A presença da Igreja Católica é marcante nas ações da ASCA, principalmente no Villarégia. Há registro de muitas missas e até mesmo o próprio nome do conjunto faz referência à essa ligação¹⁸.

Os moradores presentes à exposição nos contaram também sobre uma visita ao Conjunto Primeiro de Maio de Ipatinga. Segundo os relatos, foi a partir desse contato com outra obra que batalharam para alterar o projeto original, trocando a viga de sustentação da escada por um arco de alvenaria. Essa passagem demonstra alguma abertura do processo para interferência no projeto que, nesse caso, havia sido desenvolvido sem participação direta das famílias.

Notamos que, de uma forma geral, quem ficou até o final da oficina foram exatamente os moradores que participaram ativamente do processo e dos mutirões. Na fala de diversos deles ficou nítida a

¹⁷ “O vício da virtude. Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil” (2006) de Francisco de Oliveira e “Nota sobre ‘o vício da virtude’” de Sérgio Ferro (2006).

¹⁸ O nome do conjunto é homenagem a uma comunidade missionária de Vila Régia, na Itália, da qual a coordenadora da ASCA, a partir da Pastoral de BH, fazia parte. A ligação da Igreja com a luta dos sem casa converge na Campanha da Fraternidade “Onde Moras?”, de 1993, e no Centro de Apoio aos Sem Casa. Esse centro chegou a formar 43 núcleos (grupos de moradores potenciais mutirantes) sob coordenação da liderança entrevistada.

separação entre as 23 casas construídas inicialmente das demais 57¹⁹. Sempre se referiam às primeiras como “lá em cima”, dando a sensação de afastamento social entre elas. Ao final do evento, muitas pessoas pareceram estar agradecidas pela exposição de fotos. Ademais, a tentativa de autoidentificação nos registros demonstra que o processo os traz boas recordações.

Verificamos que as fotos são de fato alvo de grande interesse, funcionaram muito bem como um fator de adesão e evocação da memória, enquanto que o lanche é um bom meio para “quebrar o gelo” e atrair as crianças. Entendemos que mais do que coletar informações aprofundadas, a oficina se estabelece como uma importante apresentação ao conjunto, já que os presentes se mostraram muito receptivos à ideia de voltarmos para a aplicação dos questionários individuais, esses, sim, imprescindíveis ao entendimento completo do processo e de suas transformações ao longo do tempo.

Na *quarta* e última fase da interface, a partir de um questionário com questões precisas e pré-determinadas, realizamos uma pesquisa individual com famílias do conjunto (Fase 4). O questionário pretende aprofundar questões particulares dos momentos de organização, projeto, obra e pós-ocupação, a partir da visão dos moradores comuns²⁰. Ou seja, pretendemos construir uma narrativa complementar a do discurso oficial de lideranças, do poder público e das assessorias. Para isso, estruturamos questões que abrangem tanto os moradores que participaram do processo da autogestão quanto aqueles que se mudaram posteriormente a sua construção.

A primeira parte do questionário abrange todos os moradores e levanta dados gerais como profissão, idade, vinculação da pessoa com o conjunto (morador participante, morador não-participante ou liderança local), número de residentes da habitação, local e situação da moradia anterior e aspectos das relações de vizinhança e ações comunitárias empreendidas. Há também questões acerca dos vínculos atuais com entidades e movimentos, problemas técnicos e sociais identificados no conjunto e diversos itens sobre inserção urbana e mobilidade. Com o auxílio da planta da unidade habitacional, pedimos que nos contassem sobre as modificações realizadas nas habitações, como foi esse processo (dificuldades encontradas) e se desejam realizar mais alterações na moradia. Nesse item, muitos dos moradores insistiram em nos guiar pela casa e explicar, com detalhes, os acréscimos realizados, o que foi registrado com desenhos por cima da planta original e relatório fotográfico.

Aos moradores que participaram do processo acrescentamos questões vinculadas ao seu envolvimento com a entidade/associação de luta por moradia; ao processo de conquista do terreno; a fase de projeto – se participaram e como acompanharam essas decisões; a fase de obra – se participaram dessa etapa, se tinham experiência prévia em construção e quais as atividades exercidas, se houve trabalho de formação/capacitação; e ao pós-ocupação, com perguntas sobre o acompanhamento de assessoria e espaços conquistados de forma coletiva após a obra concluída, o nível de satisfação e se indicariam o processo de autogestão para outras pessoas que lutam por moradia.

¹⁹ Por conta da liberação parcial dos recursos o conjunto foi construído em duas etapas, o que, possivelmente decorreu uma distinção entre os dois grupos de casas.

²⁰ Visando um diálogo, o questionário tem diversas questões em comum com o levantamento feito na publicação: “Produção Social da Moradia no Brasil: Panorama Recente e Trilhas para práticas autogestionárias”, disponível em: <https://observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/livro_bentorubiao2016.pdf>. Acesso em fev. 2020.

No Conjunto Villarégia aplicamos 30 questionários individuais com visita à diversas moradias, o que corresponde a 37,5% das famílias. A tabulação das respostas dessa fase ainda não está concluída, mas já é possível identificar que o questionário, ainda que precise de pequenos ajustes, consegue dar ênfase às potências e às fragilidades de tal processo²¹. Nas entrevistas fica evidente a permanência de grande parte das famílias originais e que foram conquistados espaços e ações coletivas a partir desse arranjo. A baixa evasão dos moradores é indício de seu fortalecimento no território, o que pode apontar para outras potencialidades dessa organização.

Nessa última fase também foram levantadas questões importantes tais como as dificuldades encontradas durante os mutirões; as vulnerabilidades das famílias antes e durante a luta pela moradia; os equipamentos e serviços existentes com relevo para os deslocamentos e para apropriação do território; a capacidade de transformação das relações sócio-espaciais e a qualidade do espaço e da construção frente às diversas alterações na casa. A partir da experiência que envolveu a aplicação das quatro fases que conformam essa interface de avaliação, julgamos ser possível apresentar um retrato aproximado do processo de construção dos conjuntos, situando-os criticamente às premissas da produção contra-hegemônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos mais de 20 anos do início das experiências denominadas autogestionárias muitas mudanças são notáveis na condução das políticas públicas habitacionais da cidade de Belo Horizonte. Na década de 1990, por exemplo, mesmo diante da escassez de recursos municipais, as experiências do OPH se mostram bastante adequadas ao propósito de ampliação de processos democráticos na produção habitacional popular. Já o início dos anos 2000, ainda que marcado pela profusão de recursos dos programas federais (PCS e PSH), não se mostra tão fértil às experiências populares com base na autonomia coletiva.

A partir do cenário dos arranjos heterônomos de projeto e obra recorrentes na realidade brasileira, compreendemos que as experiências autogestionárias iniciais em Belo Horizonte são exemplo importante de tentativa de implementação de produção habitacional contra-hegemônica. Essas ações são prova da possibilidade de os sem-casa e seus respectivos movimentos alcançarem recursos para moradias em um arranjo produtivo distinto daqueles orientados unicamente pelo capital. Identificamos também que o processo de viabilização do Conjunto Villarégia estimulou pontos positivos como a gestão protagonista da associação durante sua produção, a geração de emprego e renda pelas FTRs, a qualificação do trabalhador graças aos cursos ofertados e a transmissão dos ideais do trabalho coletivo durante a obra. Contudo, essas iniciativas não parecem configurar mudanças estruturais, já que constituem exceções em contextos locais. Tais experiências têm um aspecto de “concessão”, já que parece haver um desequilíbrio entre o que de fato foi investido e divulgado e aquilo que foi produzido. Ademais, a viabilização dos conjuntos a partir do penoso trabalho dos mutirões pode apontar para contradições do processo, algo a ser investigado em outro momento da pesquisa. Por fim, a autogestão empreendida na produção desses conjuntos tende mais a servir como um meio para a conquista da moradia do que um fim para o estabelecimento de novas estruturas sociais, ou seja, para uma reestruturação social com base na autonomia coletiva em comunidade. Consideramos que isso é reflexo das desigualdades estruturantes, condição a qual os beneficiários estão subordinados. A falta de moradia, mais do que

²¹ Dentre os ajustes, identificamos ser necessário dar ênfase à situação do morador antes de se mudar para o conjunto, assim como nos aspectos de convivência com os vizinhos, na representatividade das lideranças e nas inseguranças ou medos sentidos no conjunto ou no bairro.

qualquer ideal de emancipação política, é aquilo que de fato os estimula e os move esses movimentos.

Dessa forma, a interface aqui apresentada, ainda em experimentação, pretende ser capaz de verificar a capacidade desses arranjos produtivos em desenvolver Tecnologias Sociais orientadas pelos princípios da Adequação Sociotécnica. A partir do levantamento de informações preliminares, do reconhecimento do conjunto, da oficina coletiva e da pesquisa individual procuramos dar relevo a perspectiva dos diferentes atores, de forma a construir uma narrativa ampliada da autogestão como processo alternativo à produção capitalista de moradias de interesse social.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Clarissa; KAPP, Silke. "Produção habitacional de interesse social por autogestão: o desenho emancipado?". **Anais do II Congresso Brasileiro e I Ibero-americano de Habitação Social: Ciência e Tecnologia**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: [s.n.].2016.

BEDÊ, Mônica. **Trajetória da Formulação da Implantação da Política Habitacional de Belo Horizonte 1993/1996**. Dissertação de Mestrado do Instituto de Geociências – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

BITTENCOURT, Rafael. **Cidadania autoconstruída: o ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH (2006-15)**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

BRASIL. Crédito Solidário. **Caixa**, 2020. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/credito-solidario/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 18 Fev. 2020.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio; NOVAES, Henrique. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: [REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL]. **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Brasília: RTS, 2004. 216 pp. 15-74.

KAPP, Silke.; CARDOSO, Adauto Lúcio. 2013. Marco teórico da Rede Finep de Moradia e Tecnologia Social-Rede Morar T.S. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. N.17. pp. 94-120.

SANTOS, Boaventura D. S. Orçamento participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva. In: SANTOS, B. D. S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, B. D. S.; RODRIGUES, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. D. S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, Margarete. **Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras**. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

SOUZA, M. L. D. 2006. Together with the state, despite the state, against the state. Social movements as 'critical urban planning' agents. **City**. Vol.10, N.3. pp 327-342.

ⁱ Este artigo é decorrente da pesquisa de doutorado em curso de Giselle Mascarenhas, vinculada ao NPGAU da UFMG, sob orientação do professor Dr. Roberto dos Santos.

ⁱⁱ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.